

MARXISMO OU APOLOGÉTICA NACIONALISTA?*

A última campanha eleitoral mostrou a crescente importância que o nacionalismo está tomando na política interna do país. Não há político que não reafirme seu pensamento nacional nem candidato que não apele ao sentimento patriótico do eleitorado. É verdade que a esperada separação das correntes em nacionalistas e “entreguistas” não se deu. Todo mundo é a favor, e os candidatos pronunciadamente nacionalistas encontram-se em quase todas as legendas. O que difere é a interpretação. Seria exagero afirmar que um valor mais novo esteja fazendo silenciar as antigas musas. A questão é de quantidade. A ideia reinante do nacionalismo é, por natureza, a ideia da classe dominante e, se ela se impõe, hoje, com vigor, esse fenômeno reflete meramente o processo de industrialização do país e a maior autoconfiança da burguesia nacional.

Costuma-se dizer que há, todavia, “nacionalismo” e nacionalismo, referindo-se este último à manifestação radical das classes médias como o legítimo defensor dos interesses reais da nação. É verdade que o nacionalismo da pequena burguesia é mais enraizado, ele não conhece as nuances da política diária, da grande burguesia, que sabe manejá-lo de um modo flexível, conforme as necessidades dos seus negócios correntes. A

* Documento escrito com o pseudônimo de Eurico Mendes, publicado revista *Movimento Socialista* nº 1, de 1 de julho de 1959. Ver Acervo do Portal do CVM: www.centrovictormeyer.org.br. Acesso em: 17 de outubro de 2022.

“pureza” do nacionalismo pequeno-burguês não impede, todavia, que seja a burguesia capitalista quem faz a política externa do país. A classe média não tem uma atitude independente, e enquanto não houver um proletariado organizado que impulse sua luta, mais tempo menos tempo, ela cai a reboque da grande burguesia.

Isso tudo é natural, pois exprime o progresso do país. O nacionalismo pequeno-burguês, apesar das suas fraquezas, não deixa de ser um sinal do despertar político das classes médias. Negativa é a influência que a ideologia nacionalista exerce sobre a classe operária brasileira. Esse fenômeno deve-se em parte à situação objetiva do nosso proletariado jovem, que cresce continuamente pelo afluxo do campo e que teve pouco tempo para formar a sua ideologia própria. Agrava tal situação, todavia, a atuação da chamada “esquerda” e de sua imprensa, que, em nome de “alianças” e “frentes”, defendem a tutela ideológica da burguesia sobre o proletariado. O que todas essas facções, que vão dos remanescentes do Partido Comunista até os teóricos do Iseb, têm em comum é a defesa de uma colaboração de classes sob o rótulo do nacionalismo, na qual o sacrifício das reivindicações do proletariado é tido como condição *sine qua non* da luta anti-imperialista. Temos aqui toda uma escola dos nacional-reformistas que, com maior ou menor ênfase, procuram justificar-se com argumentos “marxistas”. Poucos são os que tiveram a coragem ou a honestidade de admitir que seus métodos de luta e, consequentemente, seus objetivos nada mais têm em comum com a causa da classe operária. Preferem eles “nacionalizar” o marxismo ao seu modo. Nisso, não pecam por excesso de originalidade. Os velhos historiadores prussianos já gastaram muita tinta no seu esforço de produzir um “Marx legitimamente alemão”, e os seus concorrentes do outro lado do Reno o reduziram, não menos enfaticamente, a um sincero “democrata e republicano”. Os nossos pequeno-burgueses tentam apresentar-nos um

Marx “subdesenvolvido”, fiel à sua própria imagem e em harmonia com seus interesses imediatos.

É esse gênero de “marxismo” que temos de enfrentar. Ele só pode florescer quando se supõe que os trabalhos do fundador do socialismo científico e a experiência de quase um século de lutas nesse campo sejam ignorados. De nossa parte, tentaremos delinear-los aqui sinteticamente, na medida que o espaço limitado o permite, como estímulo para estudos mais profundos.

MARX, ENGELS: NACIONALISMO E INTERNACIONALISMO

Os fundadores do socialismo científico ocuparam-se intensamente com a questão nacional. Isso não é de admirar, considerando que na Europa, num território do tamanho aproximado ao do Brasil, viviam duas dúzias de nações cujos antagonismos e lutas são parte da história do Velho Continente. No primeiro documento político do comunismo, que os dois velhos assinaram, já encontraram, ao lado de outros princípios frequentemente esquecidos, delineada a atitude dos revolucionários referente à questão do nacionalismo e do patriotismo. Diz o *Manifesto*:

A luta do proletariado contra a burguesia, embora não seja na essência uma luta nacional, reveste-se contudo dessa forma nos primeiros tempos. É natural que o proletariado de cada país deva, antes de tudo, liquidar a sua própria burguesia.

A forma nacional da luta proletária, nos primeiros tempos, à qual o *Manifesto* se refere, é o terreno histórico que o proletariado encontrou quando surgiu no cenário social e político. Trata-se da desigualdade do desenvolvimento dos diversos países, que condicionam as particularidades da luta de classe

em cada nação. Desde o início, entretanto, há um objetivo comum: a derrubada da própria burguesia. Comuns são também as características que distinguem os comunistas dos outros partidos operários existentes, então, nos diversos países: “nas diversas lutas nacionais dos proletários, os comunistas destacam e fazem prevalecer os interesses comuns do proletariado, independente da nacionalidade”.

Encontramos aqui já um princípio de internacionalismo militante, que é ressaltado no terreno ideológico pelo *Manifesto* quando afirma:

Os operários não têm pátria. Não se lhes pode tirar aquilo que não possuem. Como porém, o proletariado tem por objetivo conquistar o poder político e erigir-se em classe dirigente da nação, tornar-se ele mesmo a nação, ele é, nessa medida, nacional, embora de nenhum modo no sentido burguês da palavra.

As definições do *Manifesto* se tornarão mais compreensíveis para nós se tomarmos o exemplo da Alemanha na época, em véspera e diante da revolução burguesa de 1848. A Alemanha de então não existia ainda como nação unificada. Havia, sim, diversos Estados e Estadozinhos alemães “soberanos”, dos quais a Áustria e a Prússia eram os maiores. O particularismo e o separatismo existentes refletiam os privilégios feudais e as rivalidades dinásticas, que se opunham à revolução burguesa. Esta, por sua vez, era inseparável da unificação nacional da Alemanha, a tarefa histórica do seu “Terceiro Estado”. A burguesia alemã traiu a sua missão, temerosa do proletariado que surgia na cena, assustada com as lições práticas da luta de classes na vizinha França. Deixou, assim, que Bismark realizasse a revolução e a unificação alemã de cima para baixo e ao seu modo. Os operários alemães e a seção germânica da Liga dos Comunistas, desde o início, levantaram a bandeira da

unificação alemã como tarefa primordial da revolução. Como, todavia, o proletariado é “nacional, embora de nenhum modo no sentido burguês”, distanciara-se conscientemente do nacionalismo e patriotismo da classe média alemã. O “Programa dos Comunistas” na revolução de 1848, publicado no jornal *Neue Rheinische Zeitung*, tem como primeiro ponto: “toda a Alemanha torna-se uma República única e indivisível”, e tem como cabeçalho a já famosa frase do *Manifesto*: “Proletários de todos os países, uni-vos”.

A derrota da revolução fez com que as reivindicações de 1848, de um ou outro modo, conservassem a sua atualidade ainda por anos a fio. Durante todo esse tempo, os revolucionários alemães combatiam os inimigos internos e externos da unidade alemã, conservando as suas posições independentes de classe. Seu internacionalismo — que, durante quase duas décadas, não passou de uma atitude propagandística, em virtude do pouco desenvolvimento do movimento proletário alemão — chegou a tomar formas práticas quando da fundação da “Associação Internacional de Trabalhadores” e criou pânico no mundo civilizado de então, quando o recém-fundado Partido Social-Democrata da Alemanha defendia, na guerra franco-prussiana, a Comuna de Paris, em 1871, e se opôs à anexação da Alsácia por Bismark.

Marx, por sua vez, desde 1848 até a sua morte, em 1883, travava uma campanha em prol de uma guerra revolucionária da Alemanha contra a Rússia Tzarista, “o gendarme da reação europeia”. Exigia essa guerra, de um lado, para destruir as reservas da contrarrevolução europeia e, de outro, porque esperava que uma luta dessa natureza libertasse na Alemanha as forças: que deviam completar a obra de 1848. Nessa fase de campanha anticzarista, Marx recebeu o apoio mais variado de pessoas e grupos, igualmente interessados no combate ao expansionismo russo. Entre outros, fala ele nas suas cartas a Engels de um certo Mister Urquhart, um inglês conservador

russóphobo que lhe abriu as páginas de seus jornais. Marx aproveitou essa oportunidade, como outras, expondo seus pontos de vista, sem, todavia, querer apresentar os Urquhart & Cia. como “burgueses progressistas” ou “aliados” dos operários ingleses ou alemães.

Na mesma época, escreveu uma série de artigos sobre a Europa Oriental para o *New York Tribune* e outros jornais, reunindo-os mais tarde num livro intitulado *A questão oriental*, e que, junto com os comentários de Engels, esclarecem perfeitamente a posição de ambos sobre o problema nacional na Europa.

A QUESTÃO ORIENTAL

Em 1882 Karl Kautsky, sendo envolvido em debates entre emigrados poloneses na Suíça, pediu a opinião de Engels sobre a questão nacional na Polônia. Engels respondeu numa carta prolongada, na qual disse, entre outras coisas:

Portanto, sou de opinião que existem duas nações na Europa que, não somente têm o direito, mas o dever de serem nacionais, antes de se tornarem internacionais: os irlandeses e os poloneses. Eles serão internacionais do melhor modo quando forem realmente nacionais. Os poloneses compreenderam isto em todas as crises e o provaram nos campos de batalha de todas as revoluções. Eliminaí sua expectativa de restabelecer a Polônia, ou convencei-os de que, em breve, a nova Polônia cairá em seus braços, por si mesma, e acabará seu interesse pela Revolução Europeia.

Engels não entra no assunto da Irlanda, da qual ele diz que muito pouco repercute no Continente Europeu. Com muito carinho, todavia, dedica-se ao caso da Polônia. Mostra ele, no início, que é muito difícil formar em nações partilhadas um

movimento socialista, isto é, enquanto não se constituírem em nações modernas, como foi o caso da Alemanha, Itália e outras. Havia, todavia, uma razão mais forte pelo apoio de Engels ao nacionalismo polonês. Diz ele que a Polônia está situada no centro da Europa e a sua divisão é a base da reunião da Santa Aliança, o que garante o predomínio do tzarismo na política europeia. Num artigo publicado em 1874 no *Volksstaat*, intitulado “Uma proclamação polonesa”, Engels coloca o problema de um ângulo mais concreto ainda:

O Exército russo estará sempre à disposição contra um movimento interno (revolucionário) na Prússia. Hoje, a Rússia oficial ainda é o santuário e o escudo de toda a reação europeia e suas forças armadas formam as reservas de todos os exércitos encarregados da repressão da classe operária da Europa.

Marx estava de pleno acordo com as exposições do seu amigo e não deixou dúvidas sobre a tarefa dos poloneses. Num discurso sobre a “Missão Europeia da Polônia”, pronunciado em Londres em 1867, ele dizia:

A Europa só conhece uma alternativa: ou o barbarismo asiático, sob a direção moscovita, a destruirá como uma avalanche ou ela terá de restabelecer a Polônia, colocando vinte milhões de heróis entre si e a Ásia, a fim de ganhar um prazo para a realização da sua regeneração social.

A atitude de Marx e Engels mostra que para eles o problema nacional e o da independência nacional não representava um fator isolado, ou um princípio em si. Eles subordinaram conscientemente a questão às necessidades da classe operária europeia e do seu movimento revolucionário. Ao mesmo tempo que defendiam a causa dos poloneses, recusavam-se terminan-

temente a combater pela independência das demais nacionalidades eslavas do jugo austro-húngaro e turco, pois isso teria fortalecido a posição do tzarismo russo e, com isso, a da contrarrevolução europeia.

Marx e Engels assinalavam, contudo, que essa atitude só era sustentável enquanto não se realizasse uma revolução democrática ou enquanto não surgisse um movimento proletário na própria Rússia. Do mesmo modo, explica-se o apoio de Engels ao nacionalismo polonês unicamente pelo fato de constatar-se a ausência de uma classe operária industrial na Polônia agrária de então. A luta contra a Rússia foi levada adiante e liderada pela pequena nobreza do campo, que, evidentemente, não podia produzir mais do que uma ideologia nacionalista. Isso torna compreensível a observação de Engels: “eliminei sua expectativa de restabelecer a Polônia,... e acabará seu interesse pela Revolução Europeia”.

□ DEBATE ENTRE LENIN E LUXEMBURGO □

Entre 1907 e a Primeira Guerra Mundial, travaram-se na social-democracia russa, polonesa e austríaca discussões sobre a questão nacional que tiveram seu auge no debate entre Rosa Luxemburgo e Lenin. Em foco estava o artigo 9 do programa do Partido Operário Social-Democrático Russo, que pleiteava a autodeterminação das nações e o direito das minorias nacionais, oprimidas pelo tzarismo, à separação e à formação de Estados independentes.

Rosa Luxemburgo defendera, no seu artigo sobre “A questão nacional e a autonomia”, o ponto de vista de que o referido artigo 9 era prejudicial ao movimento operário, exigindo a sua eliminação do programa. Fazendo um esboço histórico desde os tempos de Marx, a autora argumentava que a Polônia tinha perdido muito do seu papel revolucionário, e

sua independência não tinha mais significação para a Revolução Europeia. Não era mais o pilar da Santa Aliança, superada pela própria história. O velho movimento libertador dos *Chlatchitzi** desaparecera, dando lugar a uma Polônia capitalista que produzira o seu próprio movimento operário. Do mesmo modo, estavam mudadas as condições sociais e as relações de classes na Rússia czarista, que entrara no desenvolvimento capitalista com os seus burgueses e proletários, e que, em 1905, tinham feito uma tentativa revolucionária.

Nessas condições — dizia Rosa —, a solução da independência deixara de ser revolucionária e não correspondia aos interesses nem do proletariado russo, nem do polonês, e qualquer agitação em torno servia unicamente para justificar o domínio material da burguesia polonesa sobre o proletariado. A solução histórica era a luta comum da classe operária da Rússia e da Polônia pela revolução dentro das condições dadas pelo Estado czarista.

Lenin, respondendo no artigo “Sobre o direito dos povos à autodeterminação”, concordou com o retrospecto histórico da Europa e com o papel da Polônia oferecido por Rosa Luxemburgo. Concordava também que a solução da separação da Polônia não interessava nem ao proletariado polonês, nem

* O termo *Chlatchitzi* refere-se à classe social nobre (*Szlachta*). De origem que remonta à formação do Estado polonês, esta teve uma de suas partes — a pequena nobreza empobrecida —, como elemento central na manutenção da identidade nacional polonesa após a divisão do país entre Prússia, Áustria e Rússia pelo Congresso de Viena (1815). A pequena nobreza tornou-se a base inicial do movimento nacionalista polonês, caso único na História dos nacionalismos europeus de fins do século XIX. Após este período houve a absorção desta orientação política e ideológica pela classe operária. A parte superior e enriquecida da nobreza polonesa manteve inúmeros privilégios — mesmo quando o país foi dominado por potências estrangeiras —, que foram legalmente revogados em 1921, na Constituição outorgada em março daquele ano pela Segunda República (1918-1939). [Nota dos editores].

ao russo. Discordava, todavia, das conclusões que Luxemburgo tirara da situação quando exigia a eliminação do artigo 9 do programa. Para Lenin, a concessão plena da autodeterminação, até a formação de Estados Nacionais Independentes, representava a única possibilidade de se evitar que os poloneses e outros povos subjugados pelo tzarismo procurassem, na simples separação, a única solução possível para o problema nacional.

Em segundo lugar, prossegue o artigo, a luta pelo direito de autodeterminação é o meio mais eficiente para opor a classe operária russa à política da burguesia, que apoia o nacionalismo grão-russo do tzarismo. Se os social-democratas russos eliminassem o artigo 9 e negassem ao povo polonês o direito de dispor de si mesmo, fariam o jogo da classe dominante russa. Os social-democratas poloneses — salientava Lenin — tinham todo o direito de combater a solução da independência, e ninguém pensava em criticá-los porque agiam nesse sentido, mas “absorvida pela luta contra o nacionalismo polonês, Rosa Luxemburgo esquecera o nacionalismo dos grão-russos”.

Lenin distinguia, aí, o nacionalismo dos povos dominantes e o dos dominados. Isso, todavia, não o fez endossar o nacionalismo polonês. Ele meramente recomendava outros meios para combatê-lo. Apesar das divergências tácitas nesse sentido com Rosa Luxemburgo, ele dizia ao Partido dela:

A social-democracia polonesa tem o mesmo mérito histórico de ter criado na Polônia, saturada de correntes e paixões nacionalistas, pela primeira vez, um partido realmente marxista, realmente operário (...).

Aos adversários dos social-democratas poloneses, o chamado Partido Socialista da Polônia, liderado mais tarde por Piłsudski, ele não considera nem proletários, nem socialistas, mas, sim, um partido pequeno-burguês nacionalista. O esforço deles de justificar a política nacionalista com a atitude de Marx

e Engels no século passado não é outra coisa senão uma tentativa de “jogar a letra marxista contra o espírito do marxismo”. Para a classe operária russa, Lenin esboça nessas condições uma tarefa dupla ou bilateral:

Combate a qualquer nacionalismo e em primeiro lugar contra o nacionalismo grão-russo; reconhecimento não só da plena igualdade das nações em geral, como também da plena igualdade no sentido da Constituição estatal, isto é, o direito das nações à autodeterminação, à separação. Simultaneamente, no interesse do combate bem-sucedido contra todo nacionalismo de qualquer nação: defesa da unidade da luta proletária e das organizações proletárias, sua integração mais estreita numa comunidade internacional, contrária às tendências burguesas de separação nacional.

A LUTA ANTI-IMPERIALISTA

Vimos que não há contradição entre a posição de Marx e Engels no século passado e de Lenin e Luxemburgo no início deste. Lenin chegou a denunciar a tentativa de jogar a letra do marxismo contra seu espírito. Pois este é essencialmente materialista. Quando julga uma ideologia, como o nacionalismo, pergunta qual a classe que a produziu, em que condições sociais e históricas essa classe se encontra concretamente. Quando o progresso histórico ainda está a cargo das classes médias, a luta tem que se desenrolar forçosamente, sob formas e ideologia nacionalistas. Querer que essas camadas desenvolvam uma consciência internacionalista seria desconhecer as relações entre o ser e pensar. A situação muda, todavia, com a formação do proletariado industrial.

O problema se apresentou novamente depois da Primeira Guerra Mundial, com a fundação da *Komintern*, quando se ten-

tou elaborar uma estratégia global da luta anti-imperialista. Foi o II Congresso, em 1920, que se ocupou com a questão, adotando as célebres teses de Lenin “Sobre a questão nacional e colonial”.

As teses definem as tarefas dos Partidos Comunistas nos países dominados pelo Imperialismo, de um lado, e nos países dominantes, de outro. Partem do princípio de que a exploração imperialista é um produto do capitalismo e que não será possível eliminar a opressão nacional e a desigualdade sem a derrocada final do capitalismo — e este é o objetivo da classe operária mundial. Dos partidos nos países imperialistas, as teses exigem um apoio ativo aos movimentos revolucionários nas colônias e o combate às manifestações reformistas e ao “internacionalismo meramente verbal” nas suas próprias fileiras. Dos partidos nos países atrasados “feudais ou patriárquico-camponeses”, exigem que apoiem os movimentos de libertação nacional, combatendo, todavia, resolutamente, qualquer tendência de fusão com tais movimentos das classes médias ou de adesão ideológica. Os comunistas têm obrigação de educar e desenvolver os germes dos movimentos proletários existentes nesses países, preparando-os para suas tarefas próprias, isto é, ao combate às tendências burguesas das suas próprias nações. Redigidas as teses numa fase revolucionária aguda, a Internacional recomendou que, nos países onde não houvesse ainda movimentos proletários de importância, fossem formados Conselhos (*soviets*) de camponeses para levar a luta avante.

A votação das teses de Lenin foi precedida de intensos debates, durante os quais se manifestou a oposição de parte de delegados asiáticos. Estes assinalavam que o papel dos movimentos proletários nas colônias não estava definido com bastante clareza. Como resultado das discussões, foi adotada ainda uma tese suplementar de M. N. Roy, que chama a atenção sobre a rápida industrialização que se realizara na Índia, por exemplo, e que estava dando lugar à formação de movimentos operários completamente independentes, que desenvol-

viam seus próprios métodos de luta de mais largo alcance do que os da classe média. Enquanto a tese de Lenin foi adotada com três abstenções, a de Roy chegou a ter unanimidade.

A atitude de Lenin frente ao problema colonial e nacional, naquele momento, revelava, porém, dois aspectos que as teses não escondem. De um lado, encarava o assunto sob o ângulo mais largo da luta de classes e, do outro, sob o prisma das necessidades imediatas da República Soviética, isolada num mundo capitalista hostil e à procura de aliados contra o cerco imperialista. O mundo colonial e semicolonial representava esse aliado latente do proletariado soviético. Mais claramente do que o próprio Lenin, exprimiu-se Bukharin, quando declarou no VIII Congresso do Partido Comunista Russo que a República Soviética só tinha a ganhar com o movimento de independência nas colônias, dizendo: “os movimentos nacionalistas mais violentos são nada mais do que água para nossos moinhos, pois eles contribuem para a destruição do imperialismo inglês”.

Naquele tempo, todavia, ainda se procurava conciliar os interesses da política externa soviética com os da classe operária internacional. Nem Lenin nem Bukharin tinham em mente o sacrifício de um movimento proletário a um aliado nacionalista passageiro. As funções dos movimentos estavam bem definidas e a emenda de Roy mostra que as possibilidades de saltos qualitativos foram levadas em consideração. O abandono do espírito do marxismo, a revisão da tese leninista, ficou a cargo de Stalin, e ele o fez tão eficientemente que os efeitos ainda se sentem nos quatro cantos do mundo — inclusive no Brasil.

A REVISÃO STALINISTA

A resolução do II Congresso da *Komintern* reza, ainda, que o internacionalismo proletário exige: 1) a subordinação dos interesses da luta proletária em cada país aos interesses da luta em

escala mundial; e 2) que a nação que obteve a vitória sobre a burguesia faça os maiores sacrifícios nacionais, a fim de derrubar o capitalismo internacional.

Stalin inverteu a ordem das coisas. Ele subordinou os interesses da luta do proletariado internacional aos interesses imediatos da União Soviética; sacrificou a Revolução Europeia e Mundial às conveniências da diplomacia soviética. Procurando aliados no cenário internacional, não mostrou os escrúpulos dos revolucionários de 1920: liquidou o conteúdo marxista do comunismo internacional e reabilitou justamente os dois fatores, que provocaram a cisão da Segunda Internacional: a paz social e o social-patriotismo.

Essa experiência, todavia, nem foi iniciada nas colônias ou num país subdesenvolvido qualquer. Foi ensaiada na França imperialista, com a “Frente Popular”, enquanto que nas colônias francesas se retirou o apoio aos movimentos revolucionários. Como consequência, a sessão argelina do PC francês abandonou a Internacional em sinal de protesto, em 1937. Em geral, a nova linha encontrou resistência nas fileiras dos militantes, e muita tinta foi gasta para explicar a reviravolta “dialética”. As raízes do internacionalismo eram fortes demais, principalmente no seio do movimento juvenil. Quando se começou a lançar as primeiras palavras de ordem nacionalistas para o uso público, aos membros do Partido se declarava, com um piscar de olhos, que isso era “para inglês ver”, uma necessidade decorrente da ameaça nazista. O que era tido, no início, como “medida tácita”, com o tempo passou a dominar a mentalidade do Partido. As novas gerações e a classe operária francesa foram educadas por um nacionalismo pequeno-burguês do qual não mais se libertaram até hoje.

O fenômeno não se restringiu à França. Os disciplinados Partidos Comunistas do mundo inteiro aprenderam muito depressa e obediamente as novas palavras de ordem, aplicando a “experiência” francesa. O nacionalismo e o patrio-

tismo foram cultivados do Partido americano até o japonês. A lição foi cara. Quando em consequência da guerra surgiu a nova oportunidade histórica para o proletariado europeu de se constituir e derrubar finalmente o capitalismo no Velho Mundo, os Partidos Comunistas já estavam completamente incapazes de preencher a sua missão. Eles preferiram sacrificar o proletariado alemão, colaborando com suas próprias burguesias, entrando em ministérios burgueses — a vitória de De Gaulle em 1958 é uma consequência lógica do apoio a De Gaulle em 1945.

A causa fundamental da crise do movimento operário em escala mundial é o abandono do internacionalismo proletário pela própria Rússia Soviética e a submissão da classe operária nos países capitalistas à política externa de Moscou. Enquanto esse fenômeno não for superado, seja por meio de reformas radicais da política interna soviética ou pela rebelião dos Partidos no Ocidente, a desestalinização não estará completada.

“HIC RHODUS — HIC SALTA”*

Apesar de todas as nossas particularidades nacionais, que ora estão muito em voga, não podemos deixar de colocar a questão, como marxistas brasileiros, da base material do nacionalismo do Brasil. Que classe é a porta-bandeira da ideologia na-

* Do latim, comumente traduzido como: “Rhodes é aqui, é aqui que você salta!” A máxima bem conhecida, mas pouco compreendida, origina-se da tradução latina tradicional da moral da fábula de Esopo, *O Fanfarrão*. Na fábula um atleta se gaba de que, em Rodes, realizara um salto estupendo e que havia testemunhas que poderiam comprovar sua história. Um espectador então comenta: “Tudo bem! Digamos que aqui seja Rodes, demonstre o salto aqui e agora”. A fábula ensina que as pessoas devem ser reconhecidas por seus atos, não por suas próprias reivindicações. (Disponível em: <https://lavrpalavra.com/2021/07/05/hic-rhodus-hic-salta/>. Acesso em: 18 de outubro de 2022.). [Nota dos editores].

cionalista? Qual é a situação objetiva dessa classe? Qual o seu papel na luta econômica e política?

Até aqui ninguém tentou demonstrar ainda que o nacionalismo seja uma ideologia proletária (o que pode acontecer ainda). O nacionalismo é aceito como teoria burguesa ou pequeno-burguesa, e sua aceitação política é justificada com o papel específico que a burguesia tem no Brasil ou nos chamados países “subdesenvolvidos” em geral.

E a classe operária brasileira, qual então a sua ideologia? Essa pergunta encontra geralmente uma acolhida um tanto fria. O colocá-la, em si, já é tido como sinal de “estreitismo”. Pois admitir que a consciência de um proletariado industrial brasileiro tenha de ser internacionalista cria problemas na política prática. E como, apesar de todos os *mea culpa* e “autocríticas”, ainda predomina o hábito stalinista de fazer teoria em função e como mera justificativa da política diária, uma análise teórica da questão não foi sequer tentada.

Essa confusão e o oportunismo decorrente são justificados geralmente pela situação peculiar em que o país se encontra. “O Brasil é um país subdesenvolvido” — esse lugar comum deve explicar tudo. O que é, todavia, um país “subdesenvolvido”? A Arábia Saudita é incluída nessa categoria e Gana, Afeganistão e Etiópia também. E a China, ainda pode ser classificada como tal? Se não o é, quando deixou de sê-lo?

Pelo que vemos, a classificação não é muito precisa, pois o Brasil pouco tem em comum com a estrutura social desses países recém-saídos de um *status* colonial — para não falar das colônias propriamente ditas, que igualmente estão incluídas na categoria de subdesenvolvidas —, ou, de outro lado, da China, que fez uma Revolução Socialista.

O que distingue o Brasil de todos esses países é o grau do seu desenvolvimento industrial, a existência de uma burguesia e de um proletariado bem definidos — e sob esse ângulo estamos mais próximos de certas nações europeias do que de um país

africano médio. Não somos nenhum país ocupado por uma potência colonial. A nossa independência não é muito mais nova do que a dos Estados Unidos. Em 1930 tivemos uma revolução que trouxe burguesia industrial ao poder, que ela, por sua vez, confiou a Getúlio Vargas. Desde o fim da guerra, ela exerce o poder diretamente mediante os órgãos legislativos, tendo responsabilidade pela situação objetiva do país. Temos uma classe operária de mais de três milhões de homens, sem contar as suas famílias. Anualmente cerca de meio milhão de novos empregos são criados no país, dos quais uma grande parte na indústria. Temos uma população trabalhadora do campo de mais de dez milhões, da qual boa parte é constituída por um proletariado rural, prestes a se fazer presente na vida política do país. Subdesenvolvidos somos em relação a regiões bem determinadas, de um capitalismo mais antigo. Em relação à grande maioria da humanidade e da população da própria América Latina, já somos um país economicamente desenvolvido nos padrões do modo de produção capitalista.

Não negamos o atraso existente. O que combatemos é a tentativa de conservação de noções políticas atrasadas. A existência de um proletariado industrial criou as condições para a formação de uma escola marxista no Brasil, isto é, de um socialismo em padrões científicos. Não há essa espécie de marxismo subdesenvolvido, que se tenta apresentar para uso doméstico, como não pode haver uma teoria atômica “subdesenvolvida”. A ciência é universal, é internacional, seja no campo da física como no das lutas sociais. Os nossos físicos, que pretendem instalar fontes de energia atômica no Brasil, têm de dominar as leis da física nuclear do mesmo modo que seus colegas dos países mais adiantados. O que eles têm de levar em consideração são as condições concretas, dentro das quais têm de agir, tanto as condições econômicas como do nível técnico existente no país. Nenhum cientista ou técnico atômico vencerá, entretanto, as dificuldades, usando noções da física pré-nuclear.

Se a nossa classe operária ainda está dominada por concepções políticas “subdesenvolvidas”, nacionalistas pequeno-burguesas, o nosso dever é ajudá-la a libertar-se desse atraso ideológico, e não reforçá-lo. A nossa tarefa e a nossa única razão de ser é levar ao proletariado brasileiro a consciência do seu papel social e político, e isso só pode ser feito mediante um combate incessante dos preconceitos — do pensamento pequeno-burguês que ainda o domina. Pois a emancipação ideológica é a condição do surgimento de um movimento operário independente no Brasil.

PARTIDO NACIONALISTA OU PARTIDO OPERÁRIO?

Temos de deixar claro, antes de tudo, que não enfrentamos no Brasil o que nós, marxistas, costumamos chamar de “problema nacional”. O Brasil é um Estado Nacional com unidade territorial, econômica, política, linguística e cultural, no sentido moderno da palavra, tal como foi criada pela Revolução Francesa. O processo de formação da nação brasileira já estava praticamente terminado no Império. A guerra do Paraguai e a criação do território do Acre solucionaram os últimos problemas das fronteiras nacionais. Não há minorias brasileiras oprimidas em países vizinhos nem minorias nacionais que possam ameaçar a unidade do país. Não somos uma nação partilhada nem ocupada. Do ponto de vista do direito internacional, o Brasil é um país soberano.

Na prática, essa soberania é limitada e lesada pelo imperialismo mundial, que explora economicamente o país e que intervém na sua política interna e externa. O que distingue, entretanto, a nossa situação dos problemas nacionais que a Europa enfrentou no século passado (e que árabes, africanos etc. ainda enfrentam em parte) são duas características principais: em primeiro lugar, a opressão imperialista,

como nós a conhecemos, é compatível com a existência de Estados Nacionais formalmente soberanos, e dispensa o domínio direto dos países explorados. Esta, a forma colonial clássica, só é defendida pelos imperialismos mais velhos e mais fracos, que receiam uma concorrência mais forte. Em segundo lugar, a nova forma do domínio imperialista não seria possível sem a cumplicidade das classes dominantes dos países oprimidos. Elas se defendem contra certos aspectos do domínio imperialista, procuram resistir a sua pressão em determinados ramos econômicos, mas não combatem o sistema. Sabem que a guerra ao imperialismo implica um ataque frontal às bases do capitalismo mundial e isso significa às bases do seu próprio domínio de classe. As burguesias que chegaram tão tarde ao cenário histórico, como a nossa, lutam simplesmente para uma melhor integração na economia mundial, para condições de existência mais favoráveis dentro do sistema imperialista.

A luta só toma um caráter nacional nas mãos da pequena burguesia, incapaz de compreender por si mesma o caráter do imperialismo, porque nunca compreendeu, devido a sua situação objetiva, os conflitos sociais da sua época. O que ela vê, em primeiro lugar, no imperialismo é o fenômeno emocional do choque com uma potência estrangeira e isso a deixa à mercê das manobras da sua própria burguesia. Toma um caráter nacional também nas mãos da grande burguesia, que, tendo maior compreensão histórica, encontra no nacionalismo um recurso ideológico para assegurar o domínio sobre a nação, obter uma colaboração de classe da ala reformista do proletariado e canalizar o movimento anti-imperialista para caminhos que não ponham em perigo os seus privilégios — inclusive o de colaborar com o imperialismo quando e onde bem entender.

Se insistimos na necessidade de o proletariado liderar a luta anti-imperialista, não é por motivos emocionais ou de

princípios teóricos abstratos. O proletariado é a única classe da sociedade capaz de tirar as consequências práticas da formulação teórica leninista de que o imperialismo é a última fase do capitalismo. É a única classe capaz de enfrentar o capitalismo no seu próprio terreno: no cenário internacional. É a única classe capaz de derrotar o imperialismo, derrubando o capitalismo mundial. É a ação prática do proletariado independente, que mostrará às camadas médias os caminhos da luta anti-imperialista consequente.

Na prática, o dilema de nacionalismo ou internacionalismo se traduz na alternativa do Partido Nacionalista ou Partido Operário. Deve o proletariado apoiar e se unir a um movimento da classe média que, praticamente, ficará sob direção da grande burguesia ou organizar-se independentemente como classe? As consequências da escolha são claras. Se aceitarmos o movimento nacionalista como solução, aceitamos a continuação da tutela burguesa sobre o movimento operário e a renúncia às reivindicações de classe do proletariado, que só podem impor-se contra a burguesia nacional. Se aceitarmos essa solução, nós nos conformamos também com a tutela da burguesia sobre o movimento “anti-imperialista”, que nessas condições só poderá ser escrito com aspas. Pois a nossa burguesia não é diferente das suas irmãs, que nasceram antes, e seu nacionalismo tem as mesmas características pragmáticas e mercantis. Lenin parece até ter estudado as nossas particularidades nacionais quando, descrevendo o nacionalismo da burguesia europeia, dizia:

O que mais interessa à burguesia é que uma determinada reivindicação seja “realizável”; por isso a eterna política das negociatas com as burguesias de outros países à custa do proletariado. Para o proletariado, em troca, o que é importante, é o fortalecimento da sua classe contra a burguesia, a educação das massas no espírito de uma democracia consequente e do socialismo.

O problema fundamental permanece o mesmo para nós, porque as bases materiais das classes em questão são essencialmente as mesmas. O nacionalismo, como ideologia, é estreitamente ligado ao problema da propriedade, seja da grande ou da pequena burguesia. A burguesia defende a propriedade em geral e a sua propriedade em particular. A defesa desta coloca-a em antagonismo com a burguesia de outros países e com o imperialismo, mas a defesa da propriedade em geral cria o internacionalismo do capital, que encontra uma linguagem comum. É por isso mesmo que a nossa burguesia mostra uma cabeça de Janus com duas faces: uma “entreguista” e outra “nacionalista”. A esperada divisão de águas da burguesia nacional não se dará. Há, sim, facções que defendem interesses imediatos, mas, como classe, a burguesia não renuncia nem ao nacionalismo, nem às negociações.

A luta anti-imperialista consequente somente poderá ser liderada pela classe operária. O proletariado é a única classe que não tem privilégios de propriedade a defender e que, devido a seu antagonismo natural com a burguesia, está em condições de controlá-la e desmascará-la, quando ela se entende com a burguesia dos países imperialistas. Tal movimento proletário independente encontrará aliados naturais entre as correntes pequeno-burguesas nacionalistas que desejam de fato travar uma luta anti-imperialista. Mas eles só serão aliados de fato enquanto conservamos a nossa independência ideológica e orgânica. Por isso mesmo não apelaremos a eles como nacionalistas, e sim como anti-imperialistas.

ALGUNS EXEMPLOS

O problema não se restringe às esferas teóricas da luta de classe e tem as suas repercussões imediatas e práticas, como veremos em alguns exemplos. Temos o caso do petróleo, que agita as

paixões. Para a pequena burguesia o “petróleo é nosso”, a Petrobras é uma “questão de honra nacional” e, às vezes, isso depende das conveniências, representa uma medida socialista. Em princípio, a questão da nacionalização do petróleo é identificada como medida “nacionalista”. Podemos nos dar ao luxo de encarar o problema do mesmo modo?

Queremos adiantar que encaramos a nacionalização da indústria petrolífera como uma medida positiva como qualquer outra medida de nacionalização, seja ela de capital estrangeiro ou nacional, quando for do interesse da classe operária brasileira. Isso, em cada caso, tem que ser estudado separadamente. No do petróleo, justifica-se como uma medida de defesa contra a fixação do imperialismo numa indústria-chave, mediante a qual ele exerce uma influência direta sobre a política do país. A indústria petrolífera é a mais monopolizada do mundo capitalista, praticamente nas mãos de meia dúzia de companhias que, na realidade, se reduzem a três. Em virtude da estreita ligação existente entre a política petrolífera americana e a do Departamento do Estado — geograficamente pertencemos à Zona de Influência da “Standard” —, trata-se de uma medida de defesa contra o imperialismo americano.

O petróleo, todavia, por isso ainda não é “nosso”. Vivemos numa sociedade capitalista com um Estado burguês. Foi esse Estado da classe dominante que procedeu à nacionalização. O petróleo, como as demais riquezas do Brasil, será nosso no dia em que a classe operária tiver tomado o poder e, nesse dia, ela socializará os meios de produção. Querer esconder esses fatos ao operário brasileiro significa esconder o conteúdo da luta de classe, e é impedir que ele tome consciência da sua posição social. Esse aspecto das coisas para muitos “marxistas” não tem importância e tem a já mencionada acolhida fria de interpretação “secrétaria”. Mas, nesse caso, todo o marxismo não tem importância...

O assunto do petróleo não está esgotado com isso. Com poucas exceções, os nossos nacionalistas de todas as cores es-

queceram muito depressa o caráter anti-imperialista da sua luta quando se trata do petróleo da Bolívia, que há de ser “nosso” também. E não poucos “marxistas” se julgavam no direito de exigir do Governo Brasileiro que faça a Bolívia cumprir os tratados concluídos, alegando que o Governo de La Paz estava sob a influência do imperialismo americano. Não há dúvida que há imperialismo americano, argentino e outros agindo no país vizinho. O que nossos “marxistas”, todavia, pretendem desconhecer (raspem-se a casca desses “marxistas” e surgirão pequeno-burgueses verde-amarelos) é que a penetração dos capitais brasileiros, sejam estatais ou particulares, também só se pode realizar sob forma de uma penetração imperialista, pois a nossa economia é capitalista, submetida às leis do desenvolvimento do capital. O que eles pretendem desconhecer é que o proletariado boliviano, por meio dos seus partidos e sindicatos, combate qualquer imperialismo que penetre no seu país. Para o proletariado brasileiro o caso do petróleo boliviano é de maior importância, pois arrisca inutilizar uma das armas mais poderosas que temos para enfrentar o poderio material do capitalismo norte-americano: a solidariedade anti-imperialista dos povos latino-americanos. Revela o caso, claramente, as limitações do nacionalismo pequeno-burguês numa questão vital. Mostra que somente uma classe operária brasileira, possuída por um espírito de internacionalismo militante, estará em condições de polarizar as forças anti-imperialistas do continente.

Não é esse, todavia, o único exemplo das limitações do nacionalismo na luta contra o imperialismo. Há outro, que merece ser citado: é o caso da American Can Co., que anunciou o estabelecimento de uma fábrica no Brasil. Tratava-se de um investimento estrangeiro, como muitos que se realizam permanentemente na economia brasileira. No caso desencadeou-se, porém, vasta campanha contrária. Movimentos estudantis e até sindicatos foram mobilizados, e a bancada parlamentar nacionalista entrou em cena. Não foi difícil localizar a ori-

gem; Matarazzo, em São Paulo, é um dos grandes fabricantes de latas nacionais. Acontece, todavia, que o caso de “indústria nacional contra estrangeira” teve uma particularidade que escapou aos ânimos patrióticos: Matarazzo é o concessionário da Continental Can Co., concorrente da American Can. A Comissão de Inquérito instalada pelo Congresso teve de tomar conhecimento de uns fatos desagradáveis. O presidente de Volta Redonda,* o general Macedo Soares, testemunhou, entre outros, que a Metalúrgica Matarazzo preferia importar a matéria-prima, as “folhas de flandres”, na Bélgica, a preço mais elevado, a encomendar em Volta Redonda o produto de qualidade e padrões técnicos iguais. Para esse procedimento, que do ponto de vista econômico representa um mistério, há, todavia, uma explicação bastante racional. A compra de matérias-primas na Bélgica encobre a transferência de divisas para fábricas da Continental naquele país. Trata-se de uma simples remessa de lucro. Matarazzo, como concessionário da companhia americana, age justamente da mesma forma que qualquer capital estrangeiro e transfere parte da mais-valia criada pelo proletariado brasileiro, evitando que seja acumulada no Brasil.

O assunto morreu nesse pé. A imprensa burguesa, evidentemente, passou por cima, não tendo nenhum interesse de debatê-lo. Tampouco interesse revelaram os nossos nacionalistas em perseguir o caso da função do nosso capital nacional. Para a classe operária, todavia, trata-se de um ponto cardeal da luta anti-imperialista. O que lhe interessa não é defender o monopólio da exploração do operário brasileiro pela burguesia nacional, pela qual temos tão poucas afinidades, como pela burguesia estrangeira. O que nos interessa, enquanto não podemos pôr um fim à exploração econômica em si, é que a mais-

* Refere-se à Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). [Nota dos editores].

-valia produzida no Brasil seja aplicada no país, que aumente a capacidade das forças produtivas das quais o proletariado brasileiro será o herdeiro.

Evidentemente, a nossa burguesia não se interessa por controles rígidos das transferências de lucros. Mais “ampla” do que os ideólogos do nacionalismo, ela não acredita tão piamente na existência de indústrias nacionais autóctones e não recusa, em princípio, o papel de sócio menor de empresas internacionais. O que ela quer é ressaltar o direito de decidir quando convém ou não deixar as companhias estrangeiras agirem no seu domínio. Por isso temos uma das mais generosas legislações sobre a remessa de lucros, legada pelo nacionalista Vargas e na qual o nacionalista Alkmin nunca tocou.

O movimento nacionalista não se mostrou em condições de enfrentar o problema. No caso fez o papel de “inocente-útil” para Matarazzo, de um simples aprendiz de interesses imediatos da nossa burguesia. Desse modo, a indústria nacional, como a de Matarazzo, torna-se algo como um patrimônio que não deve ser molestado. Toda essa atitude origina-se numa concepção idealista, pequeno-burguesa, das forças motoras da sociedade. Para eles, o nacionalismo torna-se o criador da industrialização. Para nós, marxistas, o nacionalismo é antes de tudo uma consequência da industrialização, o reflexo ideológico de um processo bem material. A industrialização, seu ritmo passado e futuro, se processa entre nós, como em qualquer outra acumulação do capital, conforme o movimento da taxa média de lucros, na economia nacional e na economia mundial da qual o Brasil faz parte. Enquanto a industrialização do Brasil se der nos padrões capitalistas, não teremos nenhuma influência sobre o seu ritmo e seu desenrolar, que também não depende da vontade subjetiva da nossa burguesia. A única contribuição real que podemos dar para o progresso e o desenvolvimento da sociedade brasileira, na sua fase atual, é da formação de uma consciência própria da

classe operária, que é uma consciência anticapitalista, oposta a qualquer forma de exploração econômica. Isso só conseguiremos por meio de uma luta permanente e contínua contra a burguesia nacional e contra o imperialismo mundial, e uma pressupõe a outra.

OS MEIOS E OS FINS

Para justificar a ignorância da existência de uma classe operária no Brasil e as consequências políticas que decorrem desse fato, os nossos nacionalistas têm o hábito de exagerar o atraso objetivo do país. Isso, todavia, não impede que caiam no extremo oposto quando se trata das perspectivas do desenvolvimento da atual expansão industrial brasileira. A solução que eles nos oferecem é um Brasil industrializado e soberano, livre do domínio do imperialismo estrangeiro, uma nova potência capitalista no Hemisfério Sul. O socialismo, por isso, será uma consequência do nacionalismo, repetem eles em todas as variações. Como isso se dará, porém, não explicam, mas uma coisa está decidida para eles: o socialismo, como meio e fim de luta, ficará para “depois”.

De nossa parte temos de objetar, em primeiro lugar, que essa perspectiva não nos agradaria. Temos um exemplo clássico de um país subdesenvolvido que escolheu a solução nacionalista e podemos apreciar as consequências. Trata-se do Japão, que em menos de um século transformou-se de um país feudal asiático em potência industrial. Depois teve de escolher o caminho do imperialismo, à procura de mercados, tornando-se em seguida aliado da reação mais sinistra, o fascismo europeu. E depois, quando essa aventura falhou, tornou-se satélite dos Estados Unidos. É possível que nos respondam que isso foi lá na Ásia, que nas Américas as coisas são diferentes, mas nós continuamos céticos...

Em segundo lugar, temos razões para pôr em dúvida as bases reais das previsões e concepções da situação internacional dos nossos amigos nacionalistas. Quais são os fatores que lhes permitem prever o surgimento de uma nova potência capitalista, forte e soberana, num futuro próximo ou longínquo? Será que o declínio das velhas potências imperialistas, a Revolução Mundial e a criação de um campo socialista, que abrange um terço da humanidade, não lhes colocam outra perspectiva? Os fatos, evidentemente, não falam em seu favor.

Vivemos hoje uma época que se caracteriza pelo absoluto predomínio dos Estados Unidos no que resta do mundo capitalista, tanto do ponto de vista econômico como político (com um papel da União Soviética semelhante no Bloco Socialista). Os velhos países imperialistas, a Grã-Bretanha, a França e a Inglaterra, se conformaram e tiveram de se conformar com isso, no interesse da sua própria sobrevivência. Todas as tentativas de rebelião só serviram para acentuar esse estado de coisas, como se tornou mais evidente no caso do conflito sobre Suez. Todas as rivalidades entre os países da Aliança do Atlântico não visam mais do que encontrar um lugar mais perto dos Estados Unidos dentro da hierarquia existente na Aliança, mas nenhum coloca em dúvida o papel dos Estados Unidos como líder do Mundo Ocidental, protetor da civilização cristã ou de “gendarme” do capitalismo internacional.

Esse reconhecimento do papel predominante dos Estados Unidos pelo resto do mundo capitalista não pode deixar de afetar as relações econômicas entre os dois. Há pouco, um respeitado semanário nacionalista desta capital publicou um resumo sobre a penetração de capitais americanos na Inglaterra, fornecido pela *France Press*. Diz o despacho, entre outros: os capitais americanos estão controlando na Inglaterra dois quintos da indústria de automóveis; metade da indústria de cosméticos, três quintos da produção de aquecimentos e nove décimos da produção de lâminas para barbear. Avalia

o autor do estudo que com 500 milhões de libras de investimentos o capital americano controla uma produção anual de 900 milhões de libras.

O exemplo britânico, certamente, não é o mais típico (de passagem: no Canadá cerca de 50% dos investimentos são controlados pelo capital americano). Fenômeno semelhante encontramos em quase todos os países tradicionalmente exportadores de capitais, e boa parte dos capitais que circulam hoje sob a etiqueta de britânicos, alemães, belgas ou holandeses são de origem ou ligados aos norte-americanos. Essa infiltração econômica americana nos países que são seus aliados não é de admirar, considerando que os Estados Unidos contribuem hoje com 17% das exportações e importações do chamado “Mundo Livre”. É essa a base real da relação de forças existente no mundo capitalista do qual fazemos parte.

Esse mundo entrou em crise aberta em 1914. Duas guerras e as revoluções na Ásia e na Europa abalaram profundamente seus alicerces. Há quarenta anos a burguesia europeia não fez outra coisa do que destruir e reconstruir o seu parque industrial. O mercado mundial capitalista encolheu radicalmente, retirando-se mais de 800 milhões de seres humanos do processo de circulação de capitais e de mercadorias, aumentando a pressão interna, latente, do mercado capitalista, que revive o aspecto das crises de superprodução que os países fornecedores de matérias-primas, os chamados subdesenvolvidos, estão sentindo primeiro. Os próprios Estados Unidos sustentam, hoje, um exército de quatro milhões de desempregados — como advertência das coisas que estão a vir.

Quando os Estados Unidos tomaram o lugar da Grã-Bretanha como país líder do mundo capitalista, encontraram um sistema social moribundo que sobreviveu à custa de injeções maciças de dólares e em virtude da incapacidade total do stalinismo, que, tal como a da social-democracia, em 1918, salvou a Europa capitalista. A burguesia, entretanto, tem ciência

de que o problema foi adiado, mas não eliminado. A Revolução Mundial se tornou latente. A existência de um campo socialista que, apesar de todas as contradições internas e da degenerescência stalinista se mostra superior ao mundo ocidental, lembra à burguesia mundial, diariamente, a precariedade da sua situação. Isto, em si, já explica por que os países europeus, o berço do imperialismo, aceitam a tutela norte-americana, em princípio, e limita simultaneamente qualquer tentativa parcial de rebelião. A luta que a burguesia mundial trava, hoje, pela sua sobrevivência tornou-se o fator primordial das relações internacionais. Produz isso uma sincronização da política interna e externa, como o mundo não mais conheceu desde os dias da Revolução Francesa. Sua expressão mais evidente é a Guerra Fria, que decidirá a sorte do nosso planeta independentemente de se tornar “quente” ou não.

É verdade que há uma série de países que, com maior ou menor sucesso, procuram conservar a sua posição de neutralidade. Trata-se, principalmente, de nações recém-libertadas do domínio colonial, com burguesia e proletariado pouco desenvolvidos, ou de países que, em virtude da sua situação geográfica, são mais sensíveis a pressões externas. Todos esses países aproveitam-se igualmente do balanço de forças existentes atualmente entre os Blocos Mundiais, equilíbrio que até agora evitou uma conflagração aberta. Se esta se der, as águas se dividirão, pois numa nova Guerra Mundial, a conservação da neutralidade se tornará mais difícil ainda do que nas anteriores.

Essa situação geral do mundo se reflete, nitidamente, na posição da burguesia brasileira. Seu anti-imperialismo tem um limite natural na autoconservação da sociedade burguesa, do capitalismo como modo de vida, e suas rebeliões ficarão “em família”. A existência de um proletariado amarrava-lhe as mãos, pois ela sabe que a luta de classe não é nenhuma invenção dos marxistas, e o servilismo de Prestes e cia. não dispensará as desconfianças de uma classe que tem privilégios a perder.

Ela pleiteia, unicamente, maior voz ativa junto aos seus aliados americanos, maior participação na política interamericana, melhores preços para seus produtos de exportação. Se conseguir esse intuito, isso não enfraquecerá aliança com o imperialismo americano, ao contrário, irá fortalecê-la. De resto, ela sabe que, dentro dos padrões da economia capitalista, não disporá de recursos próprios para levantar os imensos capitais requeridos pela indústria atômica, a automatização e o progresso técnico em geral, que se tornam necessários hoje em dia para acompanhar as nações mais avançadas do mundo.

A atual fase do imperialismo, que se caracteriza pelo predomínio absoluto dos Estados Unidos no mundo capitalista, representa um desenvolvimento histórico que somente a Revolução Socialista Mundial pode superar. O combate ao imperialismo, mediante o restabelecimento das velhas economias nacionais, representa um sonho reacionário e utópico. O imperialismo só poderá ser vencido em escala mundial e por um proletariado com consciência internacionalista. Isso inclui o norte-americano, ao qual os acontecimentos se encarregam de ensinar a dialética da luta de classe.

A reação nacional-libertadora que o imperialismo desperta nos povos do mundo inteiro é um aliado natural da classe operária. Da mesma forma, são os nossos nacionalistas, na medida em que são verdadeiramente anti-imperialistas. Por si sós, todavia, não oferecem uma solução, do mesmo modo que a classe média não soluciona o conflito entre capital e trabalho. Combateremos a sua ideologia como qualquer outra ideologia pequeno-burguesa que queira dominar o proletariado e que visa à colaboração de classes, buscando apoio para o Governo e a burguesia em nome da industrialização do país. A burguesia que cumpra a sua tarefa histórica — na medida em que está em condições para isso, nós temos a nossa. O atual equilíbrio de forças existentes no mundo entre os Blocos não favorece somente os pequenos países neutros. Oferece, também, uma

pausa de respiração para a classe operária internacional, para se refazer da crise do stalinismo. Oferece a oportunidade para nós, marxistas brasileiros, formarmos a consciência do nosso proletariado e prepará-lo para os dias que virão. É esse o caminho da Revolução Brasileira, se queremos evitar que ela seja feita um dia à moda húngara. E nisso, em seus traços fundamentais, ele não se distingue tanto do caminho que Rosa Luxemburgo esboçou há quarenta anos atrás:

A dialética histórica se desenrola em contradições e para cada necessidade produz o seu contrário. O domínio da classe burguesa é indiscutivelmente uma necessidade histórica, mas, do mesmo modo, é a revolta da classe operária contra ele. O capital é uma necessidade histórica, mas também o é seu coveiro o proletariado socialista. O domínio do imperialismo é uma necessidade histórica, mas também o é a sua derrubada pela internacional proletária. A cada passo encontramos necessidades históricas, que entram em colisão, mas a nossa, a necessidade do socialismo tem o braço mais comprido.